



INCERTEZA CONFIANÇA E RISCO: UMA ABORDAGEM À QUESTÃO DO ENVELHECIMENTO EM PORTUGAL

Maria Emília Freitas Ferreira

Directora do Serviço Social
Universidade Lusófona do Porto. Portugal
m.emiliaferreira@ulusofona.pt

Fecha de recepción: 28 de Septiembre de 2013

Fecha de admisión: 5 de Noviembre de 2013

ABSTRACT

Being dimensions of the human condition, finitude and ageing are, as an effect of changes in modernity, particularly in family and in society, a problem that questions public policies and social organization. Feature of demographic ageing, in Portugal the Group of older people surpassed in the last decade the Group of youngsters. In times of crisis this population is doubly victimized, with an increase of needs and a reduction of income and social responses. The text considers, for this population the abstract systems the foundation of trust/safety that preserves social relations and suspends uncertainty.

Keywords: ageing, trust, risk, social intervention

RESUMO

Sendo dimensões presentes na condição humana, a finitude e o envelhecimento são, por efeito das transformações ocorridas na modernidade um problema que questiona as políticas públicas e a organização social. Característica do envelhecimento demográfico, em Portugal o grupo das pessoas mais velhas ultrapassou na última década o grupo dos mais jovens. Esta população é, em tempo de crise, duplamente vitimizada, pelo aumento de necessidades e pela diminuição dos rendimentos e respostas sociais. O texto considera para esta população, os sistemas abstractos, o alívio da confiança/segurança que preserva as relações sociais e suspende a incerteza.

Palavras-chave: Envelhecimento, Confiança, Risco, Intervenção social



INTRODUÇÃO

Sendo dimensões presentes na condição humana, a finitude e o envelhecimento são, por efeito das transformações ocorridas na modernidade, particularmente na família no trabalho e na sociedade em geral, um problema que questiona as políticas públicas e a organização social.

Mas, se o envelhecimento é parte do processo natural, o envelhecimento demográfico resulta da combinação de factores que incidem sobre os grupos etários extremos da população. Herança do século anterior, tempo onde foram consagrados os direitos humanos, onde nos países mais desenvolvidos da Europa emergiu o welfare state, o fenómeno do envelhecimento assume no século XXI, em tempo de crise económica social e mudanças ideológicas, dimensões que questionam os sistemas implantados como resposta. Nesta conjuntura a incerteza abala, individual e colectivamente, a confiança nos sistemas abstractos em que assenta na sociedade moderna, o quotidiano dos cidadãos.

Por debilidades estruturais e conjunturais, a sociedade portuguesa é particularmente vulnerável à crise económica e social que atinge Portugal e que afecta objectiva e subjectivamente a população. Objectivamente nos recursos pessoais que tem ao seu dispor, quer colectivamente pela diminuição de bens e serviços colocados ao serviço dos cidadãos através dos quais são garantidos os direitos relativos à saúde, à reforma, à segurança e assistência social. Subjectivamente na sua auto-estima e na desconfiança no sistema, gerando sentimentos de incerteza. Neste processo a população idosa é duplamente vitimizada, pela escassez de políticas públicas e serviços disponibilizados pelo estado, e pelo aumento das necessidades com diminuição de rendimentos próprios e das relações sociais. Deste modo a incerteza marca o horizonte do grupo etário das pessoas acima dos 65 anos.

Há neste exercício uma hipótese latente, a de que as políticas públicas e os agentes técnicos envolvidos nas respostas sociais, funcionam como sistemas abstractos constituindo-se como suportes da confiança perante os riscos que afectam o sujeito na sua trajectória de envelhecimento.

Um breve olhar às mudanças demográficas

Mudanças demográficas, que se foram instalando de forma lenta mas progressiva na primeira metade do século e vertiginosamente a partir do final da 2ª Guerra Mundial, marcaram o século XX na Europa, determinando a inversão da relação entre população jovem e idosa.

Sabe-se que o envelhecimento demográfico é influenciado por dois factores, o declínio da fecundidade e o aumento da longevidade. Factores económicos, políticos, sociais e de desenvolvimento científico e tecnológico estão na origem dos dois fenómenos, que, sendo de sentido antagónico ocorrendo em simultâneo capitalizam o efeito. O aumento de condições de vida, pela concretização de direitos sociais e o acesso a bens e serviços de forma mais generalizada, o progresso científico e sua aplicação de forma quase imediata a instrumentos postos ao serviço da população, o desenvolvimento da medicina e a oferta de fármacos cada vez mais eficazes, as alterações do papel tradicional dos géneros masculino e feminino, são, cumulativamente, factores determinantes na situação presente.

Contudo, a par da conquista da maior longevidade outras mudanças particularmente verificadas nas formas de estrutura e vivência familiar, na decadência do estilo de vida comunitário, e no individualismo, fazem surgir situações de isolamento e solidão. Estes a par de situações de pobreza, em fim de vida, e de doenças ligadas ao próprio processo de envelhecimento, constituem o lado negro do envelhecimento.

A situação em Portugal

O envelhecimento demográfico em Portugal verifica-se desde o início do século XX. “Entre 1900 e 1991 (...) o número de portugueses não chegou a duplicar, enquanto que o grupo de pessoas com



65 e mais anos aumentou mais do que quatro vezes.” (Rosas, 2000, 19). Contudo considerando o século XXI “As características demográficas da população revelam que se agravou o envelhecimento da população na última década. Em 2011, Portugal tem cerca de 19% da população com 65 ou mais anos de idade”, expressando deste modo o que se passa no continente europeu. (INE, Censos 2011).

Do ponto de vista da estrutura etária a relação entre os grupos extremos, com preponderância do grupo etário 0-14 até 1991, inverte-se ligeiramente a partir de 2001, sendo que em 2011, o 1º grupo face à população em geral apresenta o valor de 14,9% e o grupo dos mais velhos o valor de 19,1 %.

Relativamente ao género matem-se uma esperança de vida superior para o sexo feminino muito embora a taxa de nascimentos do sexo masculino seja superior. Os números demonstram que, ao invés do grupo 0-14 anos em que, quer relativamente aos 4 censos quer às diferentes zonas do país tratadas estatisticamente, a diferença favorece sempre o género masculino, a relação no grupo maiores de 65 anos inverte-se, sendo favorável de forma constante ao género feminino. O aumento das mulheres acentua-se mesmo de forma lenta mas progressiva e é igualmente comum às zonas referidas, demonstrado por um valor diferencial se 1% entre o censos de 1981 e o de 2011. Do valor 3.5% de 1981 passa-se para 4.5% em 2011, sendo o aumento mais significativo entre os censos de 1991 e 2001 onde se manifesta um aumento de 0.5%.

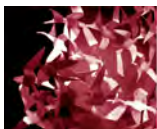
Mas o envelhecimento da população em Portugal não pode ter uma leitura generalista, isolada de outros indicadores como territorialidade e género como demonstra a análise da diferença da densidade populacional aos censos de 2011. A leitura demonstra que, desde a última década, se acentua a desertificação das zonas interiores do país, com aumentando a concentração da população nas zonas litorais. Os índices do aumento da densidade populacional são particularmente expressivos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Longe de procurarem inverter a situação, as políticas públicas dos últimos anos vão em sentido contrário. A falta de incentivos ou de favorecimento da natalidade desencorajam a opção das famílias por um maior número de filhos. O nascimento do primeiro filho é cada vez mais adiado não havendo em muitos casos tempo e condições sequer para um segundo filho, determinando assim em Portugal uma das mais baixas taxas de fertilidade do mundo determinando a não reposição de gerações.

Com este panorama de diminuição da natalidade, o aumento da esperança de vida em Portugal, nestes tempos de crise, longe de ser considerado factor positivo de desenvolvimento da sociedade, significa cada vez mais uma inquietação para um elevado número de pessoas afectadas directamente, e um número de pessoas que beneficiadas indirectamente. O potencial falhanço dos esquemas previdenciários e de segurança social, em que assentou a confiança dos indivíduos e das famílias, gera um clima de insegurança e risco, contrário ao bem-estar das pessoas que confiaram no sistema que lhes foi proposto (melhor será dizer “imposto”) concorrendo para a emergência de conflitos intergeracionais de dimensões e consequências imprevisíveis.

A desertificação não é contudo completamente homogénea quando se pensa nos diferentes grupos etários. Procurando trabalho e melhores condições de vida é sobretudo a população activa mais jovem que abandona as zonas interiores que ficam deste modo entregues às pessoas mais idosas. O interior não só se desertificou como envelheceu.

A situação tende a agravar-se num cenário próximo tendo em conta as previsões de que “a proporção de jovens (menos de 15 anos) reduzir-se-á (de 15,3% em 2008 para 11,9% em 2060, no cenário central), tal como a percentagem da população em idade activa (de 67,2% em 2008 para 55,7%, no cenário central)”. Num horizonte um pouco mais largo “manter-se-á a tendência de envelhecimento demográfico, projectando-se que em 2060 residam no território nacional cerca de 3 idosos por cada jovem”. A população com mais de 65 anos, quase duplicará, de 17,4% em 2008 para 32,3% em 2060 (INE).



Neste processo a população idosa é duplamente vitimizada, pelo aumento de necessidades, particularmente quanto aos cuidados de saúde com diminuição de rendimentos próprios pela repentina e progressiva quebra do valor das pensões de reforma e da baixa ou retirada de outros benefícios sociais, e pela escassez de políticas públicas e serviços disponibilizados pelo estado.

A “revolução demográfica” (FERNANDES,2001,11) revela-se assim em Portugal um problema social que questiona o papel de estado, no sentido da projecção de políticas que favoreçam e incentivem a natalidade, e da sociedade civil na busca de alternativas que permitam um envelhecimento respeitando a dignidade humana na fase final da vida.

ENVELHECIMENTO, INCERTEZA E RISCO(S)

O risco

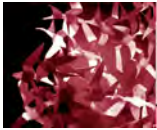
Enfrentámos o final do segundo milénio com a consciência de que perigos até então incalculáveis eram uma ameaça inevitável e independente das escolhas pessoais. Na década de oitenta a identificação da AIDS, e acidente nuclear de Chernobyl revelando a ineficácia e artificialidade das fronteiras perante situações em que são as forças na natureza que comandam, criava um sentimento de impotência.

Foi-se assim instalando a consciência de um tipo de riscos que nem mesmo a distância ou a vontade individual podia evitar. Esta constatação terá levado Edgar Morin a considerar diferentes tipos de ameaças “La amenaza planea sobre nosotros con el arma termonuclear, nos envuelve con la degradación de la biosfera, está potencialmente en cada uno de nuestros abrazos; se esconde en nuestras almas con la mortífera llamada a consumir drogas.” (Morin, 2001, 85).

Outros autores introduziram a questão dos risco nas suas reflexões. “A modernidade é uma cultura do risco” afirma Giddens (1994,3) que se torna, tanto para leigos como para especialistas técnicos, fundamental na organização do social. A modernidade traduz aliás uma relação contraditória com o risco, se por um lado tem instrumentos de redução e controle do risco, por outro fez deflagrar novos parâmetros de risco correspondendo a noção de risco global de Beck (Giddens,1994,3).

Mas, a humanidade viveu sempre em ambiente de ameaça. A vida sempre foi permeada de ameaças, sempre foi fértil em situações de perigo só que anteriormente “as ameaças eram de natureza exógena, devidas a acasos, a epidemias e acidentes naturais” (Oliveira, 2010, 118). O quotidiano caracteriza-se por condições de incerteza e perigo de tal modo que a existência humana foi moldada pela presença do acidente determinando a precariedade e vulnerabilidade da condição humana. Proveniente sobretudo das forças da natureza, mas também da partilha do espaço com outros animais, de fenómenos inerentes ao processo biológico ou de comportamentos individuais e colectivos o perigo esteve sempre presente no quotidiano de cada ser. Mas essa presença não era absoluta, certa, determinada no tempo e no espaço, e por isso uma margem de incerteza rodeava cada vida individualmente, e cada grupo em particular em função de contextos específicos. Para o enfrentar, o homem precisou em primeiro lugar entender esse perigo materializado em diferentes ameaças, e, na ausência de conhecimentos que permitissem uma interpretação científica dos acontecimentos que o atingia o homem entendeu-o segundo uma visão teológica ou mágica. “Cada sociedade atribui a catástrofe a um conjunto específico de leis” (Douglas, 1991, 119). Este pensamento da antropóloga Mary Douglas aplica-se de forma evidente às sociedades que antecedem a modernidade, onde é o conceito de perigo que marca a visão dos acontecimentos nocivos interpretados como “propósitos ocultos da natureza, ou intenções inefáveis da divindade” (Giddens,1995, 24). Proveniente das forças sobrenaturais, o perigo/acidente era considerado na visão mágica e supersticiosa fruto directo da acção de uma qualquer divindade.

Emergindo na modernidade o conceito de risco vem sobrepor-se, sem o anular, ao conceito de perigo. Na sociedade de risco as ameaças provêm do próprio processo de modernização. Neste sentido “o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a



tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial” (Beck in Giddens et al, 1995:17).

A concepção do risco na modernidade estabelece a ruptura com essa visão de que o perigo corresponde a algo sobrenatural. É assim desmistificada a visão naturalista e supersticiosa de risco, abalada pela constatação de que “a maior parte das contingências que afectam a actividade humana são originadas pelos seres humanos” (Giddens,1995:25). Hoje há tipos de riscos que afectam “colectivamente grandes massas de indivíduos - em alguns casos, potencialmente todos quantos vivem à face da Terra, como no caso de desastre ecológico ou de guerra nuclear.” (Giddens,1995:29).

O risco insere-se na nova forma de pensamento científico que emerge com a modernidade. O desenvolvimento da industrialização fez eclodir novos riscos, a emergência de áreas de conhecimento particularmente da estatística e sua aplicação ao cálculo de probabilidades, os cálculos do “homem médio” por Quételet, foram condições que em conjunto permitiram olhar o fenómeno “perigo” com uma nova racionalidade, a do risco como uma eventualidade potencial mas futura. Nesta perspectiva o risco torna-se como uma mediação presente em todos os domínios da sociedade moderna, incluindo a dimensão política e técnica.

Mas, a palavra risco é anterior. Como refere Amzalak, analisando o Tratado de Seguros de Pedro de Santarém do século XVI, o conceito refere-se aos eventuais prejuízos desencadeados pelos eventos danosos da actividade marítima das descobertas e do comércio. E, ainda que o sentido da palavra se venha a tornar mais abrangente, ela conserva o sentido inicial de ocorrência, repartição e ressarcimento dos prejuízos causados. Assim diferentemente do perigo noção mais imediata, a palavra risco nasce por relação à probabilidade de eventos futuros.

O sentido mais profundo do conceito remete então para a noção de imprevisibilidade num tipo de jogo de sorte e azar. O conceito de risco apresenta diversas dimensões. Do ponto de vista do(s) sujeito(s) mais objectivas umas (o conhecimento do risco, a tipologia dos riscos em função de contextos específicos) mais subjectivas outras (a percepção face às situações de risco, o comportamento perante a ameaça efectiva, o conjunto de mitos e crenças culturais e simbólicas). Do ponto de vista da sociedade, ligada às opções e governo do estado as dimensões de prevenção e gestão do risco, assentes particularmente na componente técnica (estudo e dimensão actuarial-estatística) e na componente económica e política (os custos quer da prevenção e protecção quer do ressarcimento dos danos caso estes ocorram).

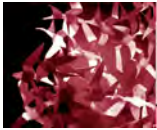
A moderna teoria do risco reporta aos conceitos fundamentais de risco, perigo e acidente. Relativamente ao risco Ewald enuncia três características, que são aliás a base dos cálculos que permitem tanto a prevenção quanto a socialização do risco pelos estudos de segurança previdenciária, considerando que o risco é:

- calculável, para que um fenómeno possa ser considerado um risco ele tem que poder ser avaliado do ponto de vista da probabilidade;

- colectivo – se o acidente é nas suas consequências um mal que gera um sofrimento individual o risco de acidente afecta uma população. É considerando os “ambientes de risco” e no contexto colectivo que o risco é calculado.

- um capital – o ressarcimento das consequências do acidente nem sempre se destinam à reparação – há consequências que são irreparáveis (é na base desta característica que atuam as seguradoras no cálculo do prémio e nas indemnizações).

Introduzimos assim os conceitos base da teoria do risco – risco, perigo, acidente, confiança e segurança. Outros lhe estão ainda afectos, gestão do risco, consciência e percepção do risco. Mas o risco tem tanto uma componente jurídica como ética – a teoria do risco admite a questão da responsabilidade moral e judicial.



Envelhecimento e risco

Viver numa sociedade de risco, e agir em prol do seu controle e prevenção exige o conhecimento não só dos fenómenos em causa, mas igualmente das particularidades, das vivências, da experiência dos sujeitos, dos grupos e das comunidades, porque boa parte dos riscos advém da própria vida em sociedade, e dos sistemas a ela afectos. “Nous sommes tous des risques les uns pour les autres; le risque est de devenu l’un des modes les plus concrets du lien social, la marque de la solidarité sociale, la source des devoirs sociaux.” (EWALD, 1986, 383-384). Por isso a avaliação e prevenção dos riscos depende do concurso de vários agentes, mas apela também à participação e à conscientização dos grupos de/ou, em risco. Pois, entendendo-se o risco como um fenómeno socialmente construído, a perspectiva do comportamento dos actores implicados, bem como os contextos em que estão integrados é fundamental.

No sentido do que atrás foi descrito, tem sentido pensar o risco na problemática do envelhecimento? Poucos têm sido os autores que colocaram esta questão. Fê-lo Capucha (2005) considerando que a utilização do conceito risco para a questão do envelhecimento é “provavelmente um vício de linguagem” não sendo mesmo “aceitável que o envelhecimento seja considerado um risco” “Pelo contrário, é um bem, resultado da melhoria generalizada das condições de vida, em larga medida induzida pelo sucesso das políticas sociais públicas como as da saúde, de redistribuição de rendimentos (em particular de segurança social) e de trabalho” (Capucha, 2005, 338).

Considerando que o risco maior de qualquer ser humano, está adstrito à existência e manutenção da vida, comungo da ideia de que o envelhecimento não é um risco, é uma certeza, tal como a finitude é intrínseco à vida, faz parte do ciclo da existência humana. O envelhecimento ocorre pela continuidade as etapas do ciclo da vida ao longo do tempo normal (estatisticamente considerado) marcada por essa condição de finitude. No ser humano como ser biopsicossocial essa condição é balizada por condições biológicas (hereditariedade, genética), de saúde individual e colectiva, mas também por factores políticos, sociais, culturais e ambientais. No sentido anteriormente apresentado, a utilização do conceito risco não é teoricamente correta aplicado ao envelhecimento como fenómeno previsível.

Contudo, faz sentido considerar o risco, na medida em que a condição do envelhecimento é em si própria potenciadora de riscos “O risco existe, isso sim, por um lado porque o último troço da vida, cada vez mais longo para a maioria das pessoas, pode ser vivido sem qualidade, a que qualquer cidadão tem direito e, por outro lado, porque a gestão das políticas sociais pode revelar-se ineficaz para evitar rupturas nos equilíbrios geracionais existentes, fundadores da confiança nos estados providência e nas democracias modernas” (Capucha, 2005, 338).

É nesse sentido que será encarado nesta reflexão, como resposta à questão que riscos afectam o sujeito na sua trajectória de envelhecimento e onde se alicerça a sua confiança?

Diz-nos Giddens referindo-se aos riscos globais, que na modernidade os ambientes de risco afectam toda a humanidade. A população idosa como parte da população é afectada por todos os riscos que a esta se colocam. Mas mesmo os riscos globais (Giddens, 1995) têm incidência individual. O decréscimo de certas funções ou a sua debilidade, situação que faz parte do processo biológico do envelhecimento humano contribuem por si só para o aumento do risco. Assim, as vulnerabilidades económicas sociais e culturais que afectam a percepção do risco e as formas de prevenção e controle, são potenciadas por fragilidades de natureza cognitiva e de raciocínio, do controle sensitivo, da mobilidade, podem restringir a capacidade de sinalização e identificação dos perigos, bem como a de resposta adequada e imediata aos estímulos. A diminuição da acuidade visual, auditiva, de registo sensorial térmico ou olfactivo, por exemplo, podem diminuir a percepção de perigos iminentes, com risco da própria vida. Não esquecendo que na saúde particularmente há mesmo dimensões hereditárias de risco.

De todos os riscos potencialmente presentes nesta fase da vida cingir-me-ei apenas a três de carácter bem diferenciado, pobreza, isolamento e solidão, e lesões físicas.



O primeiro de matriz ideológico-política tem a ver a perspectiva neo-liberal dos mercados e da vida social, advogando o desmantelamento do estado social. Num primeiro momento é este grupo sujeito à diminuição das reformas e pensões de sobrevivência, condicionadas as primeiras pela aplicação de impostos e de taxas suplementares, as segundas pelos recursos auferidos. A dúvida que paira sobre os sistemas de segurança social e de assistência à saúde, incide de forma violenta sobre este grupo populacional, com maiores necessidades e diminuição de fontes de rendimento, e que em final de ciclo de vida nada pode fazer para inverter a situação. O risco de cisma grisalho (em 2013, bandeira política da direita facilmente esquecida), resulta em muitos casos, já não em risco, mas em situação real de pobreza.

O segundo tipo de risco, o isolamento (considerado aqui apenas como consequência da desertificação apontada), é fruto de decisões políticas, do tipo de desenvolvimento assumido como modelo, corroborado por decisões que sendo individuais se situam nas escolhas possíveis do próprio modelo. A escolha recai entre manter-se no local enfrentando a pobreza, ou sair em busca de melhores condições de vida. Sendo que neste projecto raramente entram os mais idosos que por questões afectivas ou condicionantes sociais permanecem no local. Este movimento dá origem à desertificação dos territórios do interior do país.

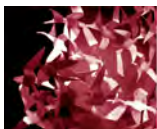
Sendo de natureza distinta, a solidão pode ocorrer ou não juntamente com o isolamento. Ela resulta da ausência de relações sociais, ou do afastamento ou negação de situações ou condições que as favoreçam. José Machado Pais deu conta de diversas tipologias de solidão, cujo conteúdo não cabe aqui explorar.

Nos riscos de lesões físicas, optei pelo risco de quedas. Estas resultam em geral da associação de vários factores, as suas consequências são objectivas, podendo determinar incapacidades graves temporárias ou permanentes, exigindo recursos suplementares e condicionando a mobilidade e a vida social.

Na origem das quedas podem estar factores intrínsecos como extrínsecos. Considerando os factores intrínsecos as quedas podem ser originadas em geral por doença e outros determinantes biológicos, por declínio da capacidade funcional de um conjunto de sistemas ou órgãos, de que pode resultar menor capacidade de equilíbrio, dificuldade de situar face ao espaço e aos objectos (determinar e controlar distâncias, de perceber as dimensões dos objectos e a sua densidade). Como factores extrínsecos, o meio ambiente e urbanístico, a poluição, o local e condições da residência. Ainda que os primeiros constituem condições genéricas para toda a população, eles incidem de forma mais intensa sobre as pessoas idosas, dificultando a marcha, aumentando o risco de quedas.

O local e as condições e tipo de moradia são factores mais individuais mas responsáveis por grande maioria dos acidentes que vitimam as pessoas mais idosas. Na tradição portuguesa a moradia tende a permanecer ao longo da vida, donde ela corre o risco de que, tendo respondido às necessidades da família, se torne na recta final da vida desadequada quer às necessidades quer à capacidade de uma cuidada utilização. Talvez por isso o ambiente doméstico, aquele que pensamos conhecer e dominar bem se torna frequentemente hostil e perigoso mesmo. O uso de carpetes e tapetes soltos, maçanetas das portas, gavetas e portas difíceis de manobrar, utensílios cuja manuseamento exige o recurso a apoios de tipo instável, banheiras altas e sem apoios, iluminação deficiente, escadas internas, configuram riscos e são causa de acidentes por vezes de graves consequências. O uso de roupas e calçado desadequado (muito largo, muito comprido) bem como o consumo de álcool ou a utilização de medicamentos podem agravar.

As experiências mal sucedidas podem levar ao isolamento, à perda de confiança, à negação e indiferença perante as relações sociais, pela interiorização do medo de andar sozinho ou de cair. Os dois últimos tipos de risco são em parte responsáveis pela procura da institucionalização e do acompanhamento domiciliário como respostas sociais/institucionais, por uma boa parte da população idosa e de seus familiares.



CONFIANÇA E SISTEMAS ABSTRACTOS

Perante o que atrás foi descrito, em tempo de incerteza onde e como se constrói a confiança?

Genericamente a confiança, como sentimento individual, tem inerente uma complexidade de emoções: segurança, convicção, fé, em alguém ou em alguma coisa. Este é o sentido da confiança básica considerada por Giddens como “o principal apoio emocional de uma carapaça defensiva ou casulo protector que todos os indivíduos normais carregam consigo”. Construída nos processos e condições de socialização, a confiança básica torna-se “um mecanismo de ocultação em relação a riscos e perigos nos cenários circundantes da acção e da interacção” (Giddens, 1994, 35), constituindo o sistema de parentesco o primeiro contexto de confiança, ainda possa ser simultaneamente um foco de conflito. A confiança básica reflecte-se nas atitudes dos sujeitos tendo em conta que estas “em relação a situações, pessoas ou sistemas específicos, a um nível mais generalizado, estão directamente ligadas à segurança psicológica dos indivíduos e dos grupos” (Giddens, 1994,17).

Decorrendo tanto de factores objectivos como subjectivos, a confiança apresenta modulações de contornos individuais, desenvolvendo-se “em torno dos conceitos penhor, garantia (créance), crédito, fidelidade e crença” (Balsa, 2006,13). A confiança é por isso a chave da relação dos indivíduos entre si, com os sistemas sociais, e com os peritos e técnicos, de que na fase de envelhecimento depende uma boa parte da condição e qualidade de vida.

As transformações da modernidade caracterizam a descontinuidade entre a ordem social tradicional e as modernas instituições sociais, no que toca ao ritmo à abrangência e à natureza. Esta determina, que nas condições de modernidade é impossível viver sem respostas que advém de sistemas que não dependem do próprio “A modernidade é inseparável dos sistemas abstractos que proporcionam a descontextualização das relações sociais através do espaço e do tempo e expandem tanto a natureza socializada como o universo social.” (GIDDENS, 1995; 124).

No seu conjunto determinam a “desinserção’ das relações sociais dos contextos locais de interacção e a sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo.” (Giddens, 1995, 17). Contudo a complexidade dos mesmos e o ritmo da mudança que impõem, ou a que estão sujeitos, não permite dominar as suas lógicas e funcionamento, assim cada um “na melhor das hipóteses pode incorporar apenas um conhecimento superficial da sua complexidade técnica” (Giddens, 1994, 20), ficando dependentes das garantias simbólicas e dos sistemas periciais que constituem os sistemas abstractos.

Por garantias simbólicas Giddens entende “os meios de intercâmbio que podem ser ‘passados em redor’ sem olhar às características específicas dos indivíduos ou dos grupos que os empregam em qualquer conjuntura particular” (Giddens, 1995, 17). Considera nestes o dinheiro e os meios de legitimação política. É nestes últimos que considero integrar o conjunto de políticas públicas emanadas do estado, e que constituem a forma, por um lado objectiva (conjunto de normas emanadas) por outro simbólica (intencionalidades e princípios mais ou menos claros e identificados das mesmas), como o estado se relaciona com o conjunto dos cidadãos, como expressão dos direitos civis, políticos e sociais. De entre elas as políticas de saúde, sociais e culturais, podem constituir para a população idosa em função das necessidades e recursos dos próprios, uma garantia de confiança, ou pelo contrário desencadearem sentimentos de insegurança por tenderem à emergência ou ao reforço de condições de pobreza e/ou marginalização face à sociedade.

Os sistemas periciais são sistemas de realização técnica ou de pericialidade, articulados às diferentes áreas profissionais (Giddens, 1995,21). Situ neste âmbito os serviços de responsabilidade estatal, e as instituições e organizações da sociedade civil que operam na economia social, e o conjunto de profissionais que as integram. Consideradas no geral, estes organismos constituem pontos de acesso, locus da inserção profissional e da operacionalização das práticas. São “lugares de tensão entre o cepticismo dos leigos e a pericialidade dos profissionais [o que] os transforma em fontes reconhecidas de vulnerabilidade para os sistemas abstractos (Giddens, 1995, 74-75).



Contudo os sistemas periciais resultado e dependentes da actividade humana como da aplicação de sistemas tecnológicos mais ou menos sofisticados, são falíveis. Defeitos de concepção, operacionalização, falhas de monitoramento, incompetência dos profissionais, podem significar o enviesamento o comprometimento dos objectivos traçados. Ou seja, a garantia dos direitos e das necessidades diagnosticadas num processo teórico- técnico rigoroso e eticamente empenhado, como alerta Giddens e a nossa experiência o demonstra, depende na sua operacionalização da competência, capacidade e interesse dos que o aplicam.

CONCLUSÃO

Um conceito ainda não utilizado até aqui se impõe neste final de reflexão – a responsabilidade. Responsabilidade política de que depende parte dos sistemas abstractos.

Responsabilidade dos peritos que, nas áreas sociais e de intervenção face a face, constroem e efectivam a relação de confiança. A linguagem é parte fundamental nesta relação, é ela que confere ou reforça o sentido dos actos. Esta capacidade, este agir comunicacional, vive de competências técnicas, comunicacionais e éticas. Responsabilidade ainda na mobilização de conhecimento e de competências técnicas específicas, em função das diferentes áreas de formação.

Responsabilidade das agências de formação, em particular das universidades, e de outros actores como parte integrante deste desiderato. Em conjunto com os profissionais no terreno devem funcionar como garante e reforço dos sistemas abstractos através de uma formação rigorosa e adequada às necessidades da sociedade tendo em conta as especificidades de cada área científica.

Situando o campo particular do Serviço Social devem os assistentes sociais ser formados nos domínios teórico-metodológico, técnico-operativos e ético-políticos, que lhes permita desenvolver competências que reforcem e (re)direccionem as políticas sociais, tragam mais valias efectivas às instituições e aos programas e projectos sociais. Mas sobretudo, que coloquem a inovação e sentido crítico da intervenção social, como intencionalidade e estratégia ao serviço aos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMZALAK, Moses Bensabat (1958) O Tratado de Seguros de Pedro Santarém, Separata do Anais do I. S. C. E. F. Tomo II, Volume XXVI, Editorial Império, Lisboa.
- BALSA, Casimiro (2006) Relações de confiança e modalidades do laço social, BALSA, Casimiro (org.) Confiança e Laço Social, Lisboa, GEOS, Colibri.
- BECK, Ulrich, (1998) La Sociedad del Riesgo, Barcelona, Paidós.
- CAPUCHA, Luís (2005) “Envelhecimento e políticas sociais: novos desafios aos sistemas de protecção: protecção contra o ,risco de velhice,.; que risco?” Sociologia, XV, Porto, FL-UP, 337-348.
- DOUGLAS, Mary (1991), Pureza e Perigo, Edições 70, Lisboa.
- EWALD, François (1986), L’Etat providence, Paris, Grasset.
- FERNANDES, Ana Alexandra (2001) “Velhice, solidariedades familiares e política social” Futurando, nº 3/4, ISSSCoop, Lisboa.
- GIDDENS, Anthony (1994), Modernidade e identidade pessoal, Oeiras, Celta.
- (1995) As consequências da modernidade, Oeiras, Celta.
- GIDDENS, A.; et all (1995) Modernização Reflexiva, UNESP, São Paulo.
- GINJEIRA, Francisco (2010) “O perigo das coisas consideradas normais” – Sistemas abstractos, Fluxos e Riscos, Revista de Estudos Sociais nº 1, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.
- INE - Projecções de população residente em Portugal, 2008-2060.
- MORIN, Edgar, (2001) Los siete saberes necesarios para la educación del futuro, Paidós, Barcelona.
- OLIVEIRA, José G. Grosso (2010) “Trabalho, Incerteza e Risco na Sociedade Contemporânea”, Fluxos e Riscos, Revista de Estudos Sociais nº 1, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.
- PAIS, José Machado (2006), Nos Rastos da Solidão. Deambulações Sociológicas, Lisboa, Ambar.
- ROSAS. Mª João Valente (2000), Curiosidades estatísticas, Futurando nº 1, ISSSCoop, Lisboa.

